

ENSINO DE CONHECIMENTOS DE GESTÃO NO CURSO TÉCNICO DE ALIMENTOS POR MEIO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO.

Área temática: Educação.

Coordenador da ação: Gustavo Pinto da Silva¹

Autor: Alexandre Dorneles do Canto²; Jaqueline Menezes Dias³; Eder

Fernando Kegler⁴

RESUMO: O desafio da curricularização da extensão universitária gera desafios na forma de ensino realizada nas universidades. O objetivo deste artigo é relatar o desenvolvimento de uma prática de extensão como forma de promover o processo de ensino – aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Alimentos, ao mesmo tempo em que permite auxiliar a resolver um problema que faz parte do contexto social, onde a unidade educacional encontra-se inserida. Foram aplicados questionários a 20 agroindústrias rurais do município de São Pedro do Sul, assim como entrevistas aos agricultores, onde foi oportunizado aos alunos pesquisar *in loco*, vivenciando na prática a realidade social. Dessa forma foi possível verificar o impacto ao se praticar a extensão universitária na formação dos estudantes, como também de instituir processo de desenvolvimento para transformação do território. Mesmo uma ação pontual apresenta capacidade formar profissionais mais comprometidos, críticos e autônomos, ao mesmo tempo que uma universidade mais imersa na realidade da qual faz parte.

Palavras-chave: agroindústrias, extensão, universidade, ensino.

1 INTRODUÇÃO

A extensão é um dos pilares das universidades por fazer o vínculo com suas comunidades. Como eixo institucional a extensão universitária tem como função difundir de forma direta os conhecimentos acadêmicos à sociedade (FORPROEXT, 2014), mas também de trazer elementos para renovar seus currículos escolares, como também a pesquisa que realiza.

A Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação e dá outras providências (BRASIL, 2008) é inovadora em relação a forma com que a organização educacional deve se relacionar com o território onde

¹ Prof. Dr. das áreas de Gestão e Extensão Rural do Colégio Politécnico da UFSM; e-mail: gustavo.pinto@politecnico.ufsm.br.

² Estudante de Graduação em Administração da UFSM; Bolsista FIEIX - POLITÉCNICO; e-mail: alexandredcanto@gmail.com.

³ Estudante do Técnico em Paisagismo do Colégio Politécnico da UFSM; Bolsista ENSINO-POLITÉCNICO; e-mail: jaquemdias@gmail.com.

⁴ Promotor de Justiça da Comarca de São Pedro do Sul; e-mail: ederkegler@mprs.mp.br.

encontra-se inserido. O trabalho das organizações educacionais, dentre os quais as escolas técnicas vinculadas precisam sustentar-se na territorialidade, entendido como um espaço de rede de relações e de interação social, construída por meio de processos socioculturais (RESENDE SILVA, 2009). Nesse sentido, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tomam vigor na forma que a educação deve ocorrer. Destaca-se o papel da extensão, visto que é responsável pelo diálogo permanente com a comunidade, promovendo o descortinamento dos referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares com foco em um ensino contextualizado e significativo, mas também trazendo elementos para a pesquisa.

O Plano Nacional da Educação (BRASIL, Lei nº 13.005, 2014) institui que o ensino superior deve “assegurar, no mínimo 10% do total dos créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. Desse modo, na medida em que um dos principais objetivos é a reconexão das instituições de ensino (tanto escolas técnicas como universidades) com a realidade social, esse tema torna-se desafiador, pois medidas precisam ser implementadas para tornar real o proposto.

A problemática deste artigo reflete de um lado o processo de ensino-aprendizagem do elemento curricular de Gestão Agroindustrial do 4º Semestre do Curso de Técnico em Alimentos do Colégio Politécnico da UFSM, e de outro as agroindústrias rurais do município de São Pedro do Sul (RS). A ementa do elemento curricular traz como objetivos que os estudantes tenham capacidade de compreender o ambiente onde o sistema alimentar está incluso, bem como entender o funcionamento das unidades agroindustriais, por meio das diversas dimensões da gestão. De outro, as agroindústrias são pequenos negócios de transformação de alimentos com problemas diversos. Envolvem famílias de agricultores que normalmente buscam alternativas de geração de trabalho e renda. Especificamente em São Pedro do Sul vivia-se um clima de preocupação em função de apreensões de produtos de origem animal das agroindústrias realizados pela Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de Origem Animal (CISPOA), da Secretaria da Agricultura e Pecuária-RS (SEAPI-RS), em função de não estarem atendendo padrões regulativos vigentes. A aproximação da demanda com o

Politécnico aconteceu por meio do Ministério Público Estadual (MP-RS), que precisava entender mais o caso para que medidas fossem tomadas.

Assim, este trabalho tem por objetivo relatar o desenvolvimento de uma prática de extensão como forma de promover o processo de ensino – aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Alimentos, ao mesmo tempo em que permite auxiliar a resolver um problema que faz parte do contexto social, onde a unidade educacional encontra-se inserida.

2 DESENVOLVIMENTO

O MP-RS identificou até agosto de 2016, 07 (sete) inquéritos civis em procedimentos de investigação na Promotoria de Justiça São Pedro do Sul, oriundos de fiscalização feita pela CISPOA sobre os Serviços de Inspeção Municipal (SIM). O problema gerava um clima de ansiedade pública tanto para os consumidores, que passam a não saber mais qual a verdadeira realidade dos alimentos que consomem, como também daqueles empreendedores que vinham investindo nos pequenos negócios de transformação de alimentos.

Em busca de maiores informações e preocupado com a penalização dos agricultores familiares, o Promotor de Justiça de São Pedro do Sul, tomou como medida recorrer ao Colégio Politécnico da UFSM para buscar ajuda no sentido de entender melhor a situação em torno desses empreendimentos. A penalidade poderia significar em alguns casos o abandono dessa atividade por parte de famílias de agricultores, que ainda vêm se mantendo no campo.

Primeiramente, convocado pelo MP-RS, foram realizadas reuniões, com outras organizações de São Pedro do Sul, destacando-se a Secretaria Municipal de Agricultura, o Setor de Vigilância Sanitária, o SIM, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Emater/RS – Ascar e algumas agroindústrias rurais. Dessas reuniões constituiu-se um grupo Gestor do Programa de Agroindústrias, o qual deliberou medidas para constituir um trabalho por meio do qual, de forma paulatina, pudesse ir levando os agricultores familiares para uma situação de conformidade com as leis que amparam a produção e comercialização de alimentos agroindustrializados.

A atividade de extensão desenvolvida no âmbito da disciplina de Gestão Agroindustrial foi planejada buscando adequar o desenvolvimento do conteúdo curricular, com o entendimento da realidade, já que coube ao Politécnico fazer uma

análise de como estava a situação dessas agroindústrias e quais medidas poderiam ser necessárias para a promoção de um trabalho contínuo.

Dessa forma, foi elaborado um questionário com questões qualitativas e quantitativas e aplicado pelos estudantes por meio visitas aos estabelecimentos. Os mesmos tiveram tempo para responder o questionário, mas principalmente para entender muito mais sobre a complexidade que envolvia cada um desses estabelecimentos. A orientação foi a de priorizar o processo de diálogo e troca de experiência, de maneira que fosse possível negociar e construir um marco de significações e percepções comuns, num horizonte que permitisse integrar o que os agricultores fazem com aquilo que os estudantes vivenciaram em sua formação. Ao todo, foram identificados onze agroindústrias de origem animal, sendo seis de embutidos, três de derivados de leite, uma de mel e uma de ovos. Por mais que as agroindústrias vegetais não fossem o foco principal do trabalho, foram incorporadas na medida em que também constituem o setor das agroindústrias. Assim foram identificadas três de panificação, e uma de cada um dos seguintes alimentos: melado, mandioca, doces/compotas, vassouras, cuias e cachaça.

Ao retornar para sala de aula o conteúdo de Análise de Ambiente foi trabalhado a partir da metodologia SWOT em torno dos estabelecimentos, o que permitiu um diagnóstico estratégico tanto do ambiente externo como do ambiente interno. A análise permitiu confrontar as vivências nas agroindústrias, com o conhecimento técnico que já possuem, por estarem no último semestre do curso. Desse momento em diante, conforme as visitas realizadas, a turma foi dividida e direcionada em duplas para escolher e analisar apenas um empreendimento. Nem todas as agroindústrias puderam ser analisadas, dado que o número foi superior ao de duplas, mas ao final foi possível obter 10 relatórios completos. A partir dos principais elementos dos relatórios foi constituído um relatório final denominado “Análise situacional das agroindústrias de São Pedro do Sul”, que foi encaminhado ao Grupo Gestor do Programa de Agroindústrias. Este documento formado por 33 páginas apresenta uma série de questões gerais que embasam tanto a situação existente, como uma desejável para o setor das agroindústrias de São Pedro do Sul, tornando-se o principal instrumento para discutir, entender e tirar medidas para a continuidade do trabalho, com prosseguimento em 2017.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A atividade tem dois resultados principais: O primeiro revela a capacidade que uma atividade pontual, realizada em um elemento curricular, tem em promover o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em um curso profissionalizante. De outro, a possibilidade que uma atividade de ensino, abordada por meio da extensão, apresenta em instituir ações que sejam capazes de resolver um problema de sua realidade local.

O processo de ensino-aprendizagem por meio de uma atividade de extensão trouxe como elemento inovador a possibilidade dos estudantes realizarem a integração do conhecimento advindo da realidade social com aqueles proporcionados pelo elemento curricular. Pois, a integração permite a abordagem contextualizada dos conteúdos específicos da formação profissional, podendo conduzir a estruturação da capacidade de realizar associações, analogias e conexões necessárias à transposição de saberes (RESENDE SILVA, 2009). De certo modo uma atividade como essa, elimina por certos momentos os limites disciplinares, uma vez que para entender o todo há necessidade de integração entre as partes. Os estudantes precisam se colocar numa postura reflexiva e criativa, ao mesmo tempo que realizam transposição didáticas contextualizadas. Na medida em que se percebem compreendendo o caso, desenvolvem uma maior capacidade de se ver intervindo na realidade social contemporânea, tornando-se cidadãos mais críticos e autônomos.

Do ponto de vista da capacidade de instituir ações de desenvolvimento, o primeiro aspecto é a possibilidade de incorporar nas atividades de ensino, setores historicamente segregados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, como os agricultores familiares. Nesse caso em específico, destaca-se a necessidade de estabelecer parcerias entre os agentes públicos e atores locais que viabilize o estudo e a discussão de problemas locais, envolvendo a universidade e outras organizações, a exemplo do Ministério Público Estadual. Muitas vezes, por mais que se tenha vontade de instituir ações como essas ao nível de território, o tempo necessário para atividades de ensino tomam prevalência. Portanto, parcerias que possam promover a continuidade das ações são fundamentais, para que essas atividades não sejam pontuais. De outra parte, está o fato de efetivamente a universidade se debruçar sobre problemas do território. As universidades devem fazer desencadear ações capazes de educar cidadãos aptos para agir criticamente sobre as múltiplas dimensões do espaço onde vivem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática demonstrada neste trabalho desmistifica e integra a extensão a partir do conteúdo previsto em um elemento curricular de forma espontânea e assertiva, visando o desdobramento do conhecimento com o intuito de os estudantes vivenciarem na prática o conhecimento teórico. A extensão integrada ao currículo bem mais do que uma prática pontual como essa, tenderá a proporcionar espaços de imersão para os estudantes com a construção de novos valores, fazendo-os ter uma reflexão crítica sobre o meio que estão vivendo. Certamente serão profissionais mais comprometidos, críticos e autônomos. Para o território, desde que as práticas sejam tratadas a partir dos problemas daqueles mais aliados do desenvolvimento, pode significar a transformação para um espaço melhor de se viver, menos desigual e com pessoas mais felizes. O desafio, portanto, é de fato pensar não somente os elementos curriculares separados, mas o currículo como um todo, integrando os mais diversos conhecimentos com a realidade tal como ela é.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 24 julho 2017.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 26 julho 2017.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES. Disponível em <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>>. Acesso em 23 julho 2017.
- RESENDE SILVA, C. J. Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: Editora IFRN, 2009. 79 p.